

# Estudo Técnico Preliminar 73/2021

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 60340.000035/2021-52

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Necessidade de contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, remessa e entrega de cargas e encomendas diversas, via terrestre, porta a porta, em âmbito nacional, ida e volta para atender as necessidades do Projeto Rondon, uma vez que os meios do Ministério da Defesa (MD) não possibilitam executar o referido transporte, justificando assim a contratação de empresa especializada neste ramo.

2.2. Nos volumes a serem transportados constam “Kits” para os rondonistas e material de divulgação, tais como: mochilas, chapéus, garrafas, camisetas, blocos, canetas, canecas, capas de chuva, coletes, banner, folder, cartazes, adesivos, botons, chaveiros, pins, mouse pads, porta-crachás, sacolas, publicações, troféus, entre outros utilizados nas Operações. A estimativa para o biênio de 2021/2022, conforme a pré-proposta orçamentária do Projeto Rondon, pretende-se atender a 07 (sete) operações.

2.3. Cabe ao Ministério da Defesa prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução das Operações do Projeto Rondon, apoiadas por unidades militares localizadas nas cidades, denominadas Centros Regionais, que ocorrem anualmente em regiões que apresentem maiores índices de pobreza e exclusão social, bem como áreas isoladas, viabilizando a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento e de fortalecimento da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento sustentável nas comunidades mais necessitadas do território nacional.

2.4. As ações do Projeto Rondon são orientadas pelo Comitê de Orientação e Supervisão (COS), criado pelo Decreto Presidencial de 14 de janeiro de 2005 (atualizado pelo Decreto nº 9.848, de 25 de junho de 2019), presidido pelo Ministério da Defesa.

2.5. Nas atividades do Projeto, participam, de forma voluntária, estudantes e professores universitários, denominados Rondonistas.

2.6. Uma operação do Projeto Rondon, normalmente, tem início com a definição da área onde será realizada a ação e a seleção dos municípios que irão receber os Rondonistas, preferencialmente, aqueles com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, necessidades em infraestrutura, gestão pública deficiente etc. Concluída essa etapa, o gerente e coordenadores apresentam o projeto à prefeitura e obtém junto à administração estadual e municipal o concorde da sua participação na operação. Esse levantamento é transformado em práticas que são expressas no edital de convite das Instituições de Ensino Superior (IES).

2.7. A prefeitura que aceita fazer parte de uma operação, em contrapartida, se responsabiliza pela alimentação, hospedagem e transporte dos militares, estudantes e professores universitários que participam do projeto, durante o período programado para as atividades no município.

2.8. O modelo atual do Projeto Rondon busca desenvolver ações que possam trazer benefícios duradouros para a comunidade. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo o desenvolvimento de tarefas com as lideranças locais, os agentes públicos, os professores, os agentes de saúde e etc, fazendo deles multiplicadores do conhecimento adquirido. Com a finalidade de trazer benefícios permanentes para essas comunidades, as ações são divididas em Áreas Temáticas de acordo com o conjunto exposto a seguir: Conjunto "A" (Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação e Saúde), Conjunto "B" (Comunicação, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção e Trabalho) e Conjunto "C" (Cobertura Jornalística e Produção de conteúdo).

2.9. Os convites para as operações são publicados no Diário Oficial da União (DOU) e divulgados para as IES, preferencialmente, por meio do sítio do Projeto Rondon e de mensagens eletrônicas (mala direta). Consequentemente, as IES interessadas enviam seus planos de trabalho elaborados para atender às ações relacionadas no convite de cada operação.

2.10. A seleção dos planos de trabalho é realizada pela Comissão de Avaliação de Propostas do Projeto Rondon (CAPPR), nomeada pelo coordenador-geral do Projeto Rondon e composta por técnicos dos ministérios que compõem o COS. A metodologia do processo assegura a participação nas operações, em igualdade de condições, de instituições públicas e privadas, da esfera federal, estadual e municipal, oriundas de todas as regiões do país.

2.11. Para cada município são selecionadas duas IES (uma do Conjunto "A" e outra do Conjunto "B"). Também é selecionada uma do conjunto C para realizar a cobertura jornalística e produção de conteúdo de toda Operação. Depois de

selecionadas as instituições que atuarão em cada município, as IES designam um professor responsável para participar da “viagem precursora”. Durante essa etapa, com o apoio do MD, Organizações Militares e Governos Municipais, os professores viajam até os municípios que serão atendidos e participam de reuniões com as lideranças municipais para redefinirem as ações que serão efetivamente desenvolvidas, ajustando as ações de suas propostas de trabalho à realidade local e às necessidades específicas de cada comunidade.

2.12. A operação tem a duração normal de quinze dias. No primeiro dia, acontece a concentração dos Rondonistas na cidade selecionada como “centro regional” da operação. O segundo dia é reservado para a cerimônia de abertura da operação e para a ambientação dos Rondonistas à região onde atuarão. No terceiro dia de operação, os Rondonistas deslocam-se para os municípios onde realizarão os trabalhos atinentes a cada equipe. Na manhã do penúltimo dia, os Rondonistas retornam ao “centro regional”, onde é realizada a reunião de encerramento da operação. No último dia, os Rondonistas retornam às cidades de origem.

2.13. Com base nos incisos I e II do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, será utilizado o Sistema de Registro de Preços conforme abaixo transcrito:

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com **previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;" grifo nosso.*

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SG/SEPESD/DEPENS/DIPRES	ANTONIO SILANO DE PAULA FILHO - Cel

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A descrição dos requisitos para a escolha da solução tem por objetivo levantar todos os elementos necessários e suficientes para contratação de empresa especializada em transporte de material previsto neste planejamento, decorrentes das necessidades apresentadas pela área demandante – Divisão de Projetos Especiais – DIPRES.

4.1.1. Os requisitos indispensáveis dos itens a serem contratados para atendimento da demanda, estão dispostos na própria especificação técnica de cada um dos itens, incluindo padrões mínimos de qualidade.

4.2. Nos termos do art. 7º, XI, da Lei nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10, as aquisições e contratações governamentais, devem dar prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

4.3. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010, da SLTI/MPOG, o MD, quando da contratação, a (s) empresa (s) vencedora (s) deverá (ão) obedecer aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

a. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

b. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

d. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

## 5. Levantamento de Mercado

5.A. No levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) do Ministério da Economia, acessado em 9 de setembro de 2021, às 10h11min no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, constatou-se que é comum a contratação dos serviços, através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado nos pregões abaixo, que contém itens com características similares ao pretendido neste instrumento:

5.A.1. Ata - Consulta Atas de Registros de Preços:

Período Pesquisado - 09/09/2020 até 08/09/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
2121 - COMANDO DO EXERCITO	160203 - 2 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	Pregão 00001/2021	06/04/2021 06/04/2022
2121 - COMANDO DO EXERCITO	160203 - 2 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	Pregão 00012/2021	26/04/2021 26/04/2022
2121 - COMANDO DO EXERCITO	160203 - 2 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	Pregão 00023/2021	15/06/2021 15/06/2022

5.A.2. Da análise das contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, certifica-se que não foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades desta Administração.

### **B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.**

5.B.1. Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente aquisição se trata de um **serviço comum**, de acordo com **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei 10.520/2002, e o quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.**

5.B.2. Ademais, após o levantamento do mercado de que trata a alínea anterior, a quantidade de fornecedores em potencial não foi considerada restrita. Em virtude do exposto, não foi julgado como necessária a retificação da especificação técnica dos itens que se pretende contratar, uma vez que todos os requisitos descritos são indispensáveis para o atendimento da demanda.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo, abrange a prestação dos serviços de coleta, remessa e entrega de cargas e encomendas diversas, via rodoviária, porta a porta, em âmbito nacional, ida e volta, para atender as necessidades do Projeto Rondon.

6.1.1. Foi definido o tipo de contratação de empresa especializada em transporte de material, via rodoviária, porta a porta, em âmbito nacional, ida e volta, como uma solução segura, posto que, os serviços a serem executados pelo sistema “porta a porta”, consistem no envio de kits para operações do Projeto Rondon.

6.1.2. A partir da licitação que se pretende realizar, espera-se contratar empresa de transporte rodoviário, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU; Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não Continuados; Atualização Junho/2021, sendo balizado na legislação em vigor e com critérios objetivos de seleção do fornecedor a ser contratado.

6.2. Não se vislumbra, neste momento, vantajosidade e/ou necessidade da contratação de manutenção e de assistência técnica relacionadas aos serviços, pois se tratam de serviços não continuados.

### **6.3. Qualificação Técnica:**

6.3.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

6.4. A licitante deverá comprovar aptidão para a execução do serviço com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste instrumento, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. No atestado, deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

6.4.1. CNPJ da licitante; e

6.4.2. indicação do número do empenho que originou a contratação e/ou da nota fiscal de serviço.

6.4.3. a soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a **30% (trinta por cento)** da quantidade prevista para cada item deste instrumento, conforme tabela abaixo. (Em conformidade com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário. Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104/2012 - Tribunal de Contas da União).

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTITATIVO MÍNIMO
1	Transporte Terrestre de Carga – Brasília/DF - Aracajú/SE (ou vice-versa)	Kg	270
2	Transporte Terrestre de Carga – Brasília/DF - Campo Grande/MS (ou vice-versa)	Kg	270
3	Transporte Terrestre de Carga – Brasília/DF - Feira de Santana/BA (ou vice-versa )	Kg	270
4	Transporte Terrestre de Carga – Brasília/DF - Macapá/AP (ou vice-versa)	Kg	270
5	Transporte Terrestre de Carga – Brasília/DF - Montes Claros/MG (ou vice-versa)	Kg	270
6	Transporte Terrestre de Carga – Brasília/DF - Petrolina/PE (ou vice-versa)	Kg	270
7	Transporte Terrestre de Carga – Brasília/DF - Porto Velho/RO (ou vice-versa)	Kg	270

6.4.4. os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

6.4.5. o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As memórias de cálculo dos quantitativos, conforme prescreve o inc. VI, do art. 7º da IN 40/2020, estão previstos no histórico quantitativo nos anos de 2012 a 2019, conforme tabela abaixo:

EXERCÍCIO	PESO TRANSPORTADO (KG)	QTD VOLUMES
2012	4.300	280
2013	4.500	290
2014	3.600	270
2015	4.500	290
2016	3.600	216
2017	2.472	163
2018	1.647	117
2019	2.313	152
<b>TOTAL</b>	<b>26.932</b>	<b>1.778</b>

7.2. Em observância ao disposto no Art. 15, § 7º, II, da Lei nº 8.666/93, as quantidades a serem contratadas são justificadas em função do consumo e provável utilização. A referida quantidade foi obtida, a partir de fatos concretos e série histórica do consumo.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 172.800,00

8.1. A estimativa do valor da contratação, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UND	QTD	VALOR UNIT. R\$	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL R\$
1	TRANSPORTE TERRESTRE DE CARGA – BRASÍLIA/DF - ARACAJÚ/SE (OU VICE-VERSA)	5533	Kg	900	R\$ 23,50	R\$ 21.150,00

2	TRANSPORTE TERRESTRE DE CARGA – BRASÍLIA/DF - CAMPO GRANDE/MS (OU VICE-VERSA)	5533	Kg	900	R\$ 24,50	R\$ 22.050,00
3	TRANSPORTE TERRESTRE DE CARGA – BRASÍLIA/DF - FEIRA DE SANTANA/BA (OU VICE-VERSA)	5533	Kg	900	R\$ 32,54	R\$ 29.286,00
4	TRANSPORTE TERRESTRE DE CARGA – BRASÍLIA/DF - MACAPÁ/AP (OU VICE-VERSA)	5533	Kg	900	R\$ 38,05	R\$ 34.245,00
5	TRANSPORTE TERRESTRE DE CARGA – BRASÍLIA/DF - MONTES CLAROS/MG (OU VICE-VERSA)	5533	Kg	900	R\$ 33,86	R\$ 30.474,00
6	TRANSPORTE TERRESTRE DE CARGA – BRASÍLIA/DF - PETROLINA/PE (OU VICE-VERSA)	5533	Kg	900	R\$ 33,12	R\$ 29.808,00
7	TRANSPORTE TERRESTRE DE CARGA – BRASÍLIA/DF - PORTO VELHO/RO (OU VICE-VERSA)	5533	Kg	900	R\$ 46,56	R\$ 41.904,00
<b>CUSTO TOTAL GERAL R\$</b>						<b>R\$ 208.917,00</b>

8.2. Quanto ao sigilo do valor da contratação até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 7º IN 40/2020), conclui-se que não se faz necessário, uma vez que a divulgação dos valores estimados podem auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, as obras, serviços e compras efetuadas pela administração deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. A despeito disso, o decreto nº 7.892/2013, em seu art. 8º, previu a possibilidade de divisão do objeto em lotes:

*“Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.”*

9.3. Em virtude de acudir o maior número de interessados em participar da licitação sem prejudicar o ganho da contratação em escala (Súmula nº 247 do TCU), optou-se pela organização do certame em itens. É necessário salientar que a divisão levou em consideração a diferenciação das características técnicas dos bens a serem adquiridos.

9.4. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme Parágrafo Único do **art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002**.

9.6. Opção de contratação por: **Menor preço por item**.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Quanto a contratações correlatas e/ou interdependentes para os serviços em tela, informo que o Ministério da Defesa possui o Processo nº 60584.000926/2020-65, cujo o objeto se trata de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de

transporte nacional de mobiliário, equipamentos, bens pessoais, automóveis e motocicletas – sob demanda, o qual visa atender EXCLUSIVAMENTE as exigências legais do Decreto nº 4.004/2001, que dispõe sobre a concessão de ajuda de custo e de transporte aos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, não sendo possível atender os referidos itens em tela.

10.2. A presente contratação apresenta-se como uma atividade final, ou seja, é um evento único que após realizado não há a necessidade de se realizar outras contratações.

10.2.1. Além disso, não devem ser feitas contratações prévias para atendimento dos objetivos pretendidos com essa contratação.

10.2.2. Dessa forma, não existem contratações interdependentes que guardem relação com o objeto principal, interligando-se à pretendida contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. De acordo com o art. 11 da Instrução Normativa nº 1, do Ministério da Economia, de 10 de janeiro de 2019, durante a sua execução, o PAC poderá ser alterado mediante aprovação da autoridade máxima, ou a quem esta delegar, e posterior envio ao Ministério da Economia, por meio do Sistema PGC.

11.2. Os serviços acima foram incluídos nos **itens nº 2.361, 2.367, 2.350, 2.354, 3.053, 3.054 e 3.055** do PGC 2021, no valor estimado de **R\$ 252.900,00**, e caso seja aprovado pelo Senhor Diretor do DEADI, será enviado para o Ministério da Economia.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O resultado pretendido será alcançado com a contratação dos serviços que englobam o presente, com isto, espera-se melhor atender às demandas de transporte de material do Projeto Rondon, com custo adequado aos interesses da administração. Tal atividade, caso fosse realizada diretamente pelo Ministério da Defesa encareceria sobremaneira a despesa, além de exigir meios materiais e recursos humanos acima da capacidade deste Ministério. A terceirização, por conseguinte, traz consideráveis benefícios técnicos e financeiros, além de otimizar o tempo para a entrega de material no destino.

12.1.2. Os ganhos diretos que se almejam com a contratação dos serviços em tela, dar-se-á com a possibilidade da contratação a um valor a baixo da pesquisa de preços que será realizada e na satisfação do setor demandante.

12.2.2. Em se tratando de Desenvolvimento Nacional Sustentável, efetivamente foi previsto conforme item 4.2. a contratação dos serviços que atendam ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010 e art. 7º, XI, da Lei nº 12.305/10, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10, no tocante de que as aquisições e contratações governamentais, devem dar prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias providências para à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma contratação de serviços comuns.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais e buscando sanar os riscos ambientais existentes, esta administração realizou a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme minudenciado no subitem 4.2. deste instrumento.

14.2. No subitem 4.3. deste instrumento, foi previsto que a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010, da SLTI/MPOG, o MD, quando da contratação, a (s) empresa (s) vencedora (s) deverá (ão) obedecer aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;
- b. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- d. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade e a razoabilidade da contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de coleta, remessa e entrega de cargas e encomendas diversas, via terrestre, porta a porta, em âmbito nacional, ida e volta, para atender as necessidades do Projeto Rondon, com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

15.2. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD N° 4354, de 25 de outubro de 2021 (4221310), publicada no **Boletim de Pessoal e Serviço nº 43, de 29 de outubro de 2021** (4208988), foi designada a equipe de planejamento da contratação conforme segue:

I - na condição de integrante requisitante: Cel ANTONIO SILANO DE PAULA FILHO, CPF: \*\*\*.679.418-\*\*, lotado na Divisão de Projetos Especiais do Departamento de Ensino (DIPRES/DEPENS);

II - na condição de integrante administrativo: ST ANTONIO CARLOS DE CARVALHO, CPF \*\*\*.574.524-\*\*, lotado na Assessoria de Planejamento de Aquisições do Departamento de Engenharia e Serviços (ASPLAQ/DESEG); e

III - na condição de integrante técnico: Cb (EB) HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA, CPF: \*\*\*.310.955-\*\*, lotado na Divisão de Projetos Especiais do Departamento de Ensino (DIPRES/DEPENS).

## 16. Responsáveis

ANTONIO SILANO DE PAULA FILHO

Coordenador DIPRES

ANTONIO CARLOS DE CARVALHO

Supervisor ASPLAQ

HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA

Especialista DIPRES

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf (397.97 KB)

**Anexo I - GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf**

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

### INTRODUÇÃO

Esta etapa tem por objetivo descrever, analisar e tratar os riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso em todas as fases desta contratação.

#### 1 - RISCOS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Estudo Técnico Preliminar, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação, são estes:.

1.1.1. Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).

1.1.2. Atrasos decorrentes de adequações necessárias às demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).

1.1.3. Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.

1.2 - Avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco.

1.3 - Tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.

1.4 - Para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem.

1.5 - Definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

1.6 - A responsabilidade pela atualização do Gerenciamento de Riscos nas fases que abrangem os Estudos Preliminares e o Termo de Referência é de competência da equipe de Planejamento da Aquisição; na fase de seleção do fornecedor da Coordenação de Licitações e Contratos; e após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

#### 2 - POSSIBILIDADES E DANOS:

Identificação das possibilidades de ocorrência e dos danos potenciais a cada risco identificado:

FASE DE ANÁLISE			
( X ) Planejamento da Aquisição e Seleção do Fornecedor			
( ) Gestão do Contrato			
RISCO 1			
Probabilidade:	( ) Baixa	( _X_ ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	( _X_ ) Alto
Id	Dano		
1	Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Anular o risco por meio de adequações	Demandante.	

	técnicas que se fizerem necessárias.	
2	Anular o risco por meio de adequações jurídicas que se fizerem necessárias.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1	Realizar as correções necessárias para o prosseguimento do processo.	Demandante e ASPLAQ.
2	Responder a impugnação caso seja de caráter técnico.	Coordenação de Licitação (COLIC), Demandante e ASPLAQ.

<b>RISCO 2</b>			
<b>Probabilidade:</b>	(___) Baixa	(___) Média	( <u>X</u> ) Alta
<b>Impacto:</b>	(___) Baixo	(___) Média	( <u>X</u> ) Alta
<b>Id</b>	<b>Dano</b>		
1	Atrasos decorrentes de adequações necessárias as demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).		
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
1	Analisar processos anteriores e análogos retirando as incoerências apresentadas.	ASPLAQ.	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
1	Anular o risco por meio de ajustes no instrumento.	ASPLAQ.	
2	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e ASPLAQ.	
3	Habilitar fornecedor com capacidade técnica para a realização da contratação desejada.	Demandante e COLIC.	

<b>RISCO 3</b>			
<b>Probabilidade:</b>	(___) Baixa	(___) Média	( <u>X</u> ) Alta
<b>Impacto:</b>	(___) Baixo	(___) Média	( <u>X</u> ) Alta
<b>Id</b>	<b>Dano</b>		
1	Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.		
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
1	Analisar processos anteriores e análogos, retirando as exigências do item que não foram atendidos.	ASPLAQ.	
2	Incluir as exigências de acordo com o Guia Nacional de Contratações	ASPLAQ.	

	Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 4ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2021.	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1	Excluir a exigência no item que apresente problema no fornecimento.	ASPLAQ.
2	Exigir atestado de capacidade técnica.	COLIC.

**Analisado:**

**ANTONIO CARLOS DE CARVALHO – S Ten**  
Supervisor ASPLAQ